

Rebeldia Escrava e Historiografia

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ

Resumo

O presente artigo procura sistematizar algumas das considerações contidas na historiografia sobre o tema da rebeldia escrava. Seu conteúdo refere-se à tipologia dessa rebeldia, à sua análise, caracterização e sentido, bem como às diferentes visões a respeito da mesma. Não pretende esgotar a bibliografia existente, mas deter-se em alguns autores cuja contribuição tenha sido relevante para o avanço do tema.

Abstract

This article is a sistematization about some considerations in the historiography of slavery's resistance. It contents a tipology of the resistance, its analysis, characterization and different visions about it. The article does not intend to exhaust the bibliography but to point out some contributions that has been relevant to the theme.

A escravidão é a grande categoria explicativa da especificidade do processo histórico brasileiro, imprimindo marcas até hoje visíveis às relações sociais, econômicas e culturais do país. Mais não seria preciso para justificar a necessidade de estudá-la, analisá-la, entendê-la na multiplicidade de aspectos que apresenta. Um deles é o da rebeldia do escravo e compreende a forma ou formas como o mesmo reagiu à instituição através dos tempos, as conseqüências que um comportamento agressivo possa ter tido para ele próprio e a sociedade em geral, a possibilidade de ter atuado como instrumento de transformação.

Este artigo não tem outra pretensão senão a de sistematizar algumas das considerações contidas na historiografia sobre o assunto e talvez sugerir novos caminhos e possibilidades de pesquisa. Não pretende também esgotar a bibliografia existente, mas deter-se em alguns autores que tenham oferecido contribuições relevantes para o avanço do tema.

A autora é professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

O Silêncio da Historiografia

Um nome logo presente aos pesquisadores da escravidão é o do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre que, com *Casa-grande e Senzala*, publicado em 1933 pela Livraria José Olympio, projetou-se internacionalmente dada a originalidade de sua obra, o moderno instrumental de análise e o vasto material empírico de que lançou mão, organizado com a fluência, clareza e beleza de estilo que caracterizariam também todos os demais trabalhos desse estudioso.

Apesar do impacto provocado por sua obra, escravos e escravidão negra pouca atenção despertaram tanto no Brasil quanto em outros países por mais de vinte anos. Segundo um historiador norte-americano de quem trataremos mais adiante, para exemplificar tal negligência um antropólogo pesquisou livros didáticos de sua especialidade e chegou a uma constatação espantosa: o número de páginas escritas sobre a instituição do compadrio sobrepujava de tal forma o da escravidão que um leitor desavisado julgaria a primeira muito mais importante que a última para a história da humanidade (SCHWARTZ, 1983, p. 45-60).

Mudanças e Tendências

A partir da década de 50, no entanto, a escravidão desperta uma grande curiosidade nos Estados Unidos e multiplicam-se os estudos sobre o assunto. É que cresciam as tensões raciais e o movimento negro se fortalecia, reclamando igualdade racial e ampliação dos direitos civis. Era preciso voltar ao passado para melhor entender esse povo que se rebelava.

Uma das tendências do movimento historiográfico decorrente desse interesse foi o estudo comparativo da instituição. Se esta fora introduzida na maioria das regiões do Novo Mundo e se o tráfico e o trabalho escravo uniram a história de quatro continentes durante vários séculos, então a comparação entre diferentes áreas poderia contribuir para esclarecer porque nos Estados Unidos, por exemplo, se desenvolveu um rígido sistema birracial enquanto em outros países, dentre eles o Brasil, essa rigidez não é tão manifesta.

Para alguns, a resposta estava no tratamento dispensado ao cativo, opinião que estimulou o surgimento de inúmeras obras sobre o tema e as variáveis que envolve: relações entre senhores e escravos, as peculiaridades destas nas diversas áreas escravistas, o comportamento do escravo em face do sistema, o que, conseqüentemente, inclui a questão da rebeldia.

Um dos pioneiros no estudo desses temas foi Frank Tannenbaum que em 1947 publicou *Escravo e Cidadão*, um pequeno ensaio visivelmente influenciado por Gilberto Freyre. Como se sabe, o autor de *Casa-grande e Senzala* traça um quadro idílico da escravidão brasileira, no qual predominaria a amenidade das relações senhor/escravo, resultante de uma empatia entre as raças evidenciada pela intensa miscigenação. Empatia e miscigenação dever-se-iam à ausência de preconceito de cor entre os portugueses, cujas características psicológicas diferenciavam-nos dos anglo-americanos em valores e personalidade. Essas peculiaridades explicariam as divergências apresentadas pelo cativo nas áreas colonizadas por saxões e ibéricos.

Para Gilberto Freyre a brandura da escravidão brasileira foi uma realidade. Se havia castigos para os cativos é porque se enquadravam nos hábitos educacionais que visavam a preparar o negro para a vida na nova sociedade e cultura em que devia se integrar:

“o castigo ao escravo como o castigo ao filho da família fazia parte de um sistema de educação, de assimilação e de disciplina – o patriarcal – que não podia desmanchar-se em ternuras para com os necessitados de educação, assimilação e disciplina (...) Pelo que não nos devem horrorizar demasiadamente nos escravos fugidos, marcas nas nádegas de castigos ou sinais de punições, limbabos nos pés, correntes nos pés...” (FREYRE, 1963, p. 33).

Tais idéias foram assimiladas por Frank Tannenbaum que também admite diferenças fundamentais entre os escravismos anglo-saxão e ibérico. O primeiro seria muito mais desumano, pois o da América Latina fora embutido em uma matriz moral, legal, religiosa que contribuiria para preservar a individualidade do escravo como ser humano.

Elkins (1959) também, revitaliza o debate atribuindo as diferenças a sistemas sócio-econômico-culturais diversos: um, pré-capitalista, católico e outro, protestante e de economia capitalista.

Elkins desenvolveu uma interessante teoria da personalidade escrava. Segundo ele, o impacto da escravidão sobre o negro moldou-o num conjunto de traços que o tornaram resignado e dócil, mas irresponsável; humilde, mas preguiçoso; fiel, e no entanto, inclinado ao furto e à mentira. Reuniu tais estereótipos em um personagem fictício, o “Sambo” que, como lembra Sérgio Buarque de Holanda,

“tem raízes na literatura inglesa do século XVIII e reflete os gostos de uma era marcada por arrastamentos sentimentais”

A figura do Sambo explicaria

“o tratamento ora paternalista, ora áspero a que são sujeitos os cativos. Por isso, cuidou-se de ver no escravo uma eterna criança, com qualidades e vícios próprios de crianças e que não se pode deixar de querer corrigir com os castigos convenientes”⁽¹⁾.

O interesse suscitado pelas teses de Freyre, Elkins e Tannenbaum não impediu que fossem questionadas por uma corrente revisionista representada por David B. Davis, Charles Wagley, C. R. Boxer, entre outros⁽²⁾.

Enquanto os primeiros enfatizam as diferenças entre escravidão anglo-saxônica e ibérica, contrastando atitudes capitalistas e pré-capitalistas, realçando influências institucionais como as da Igreja e do Estado, os últimos apontam a similaridade

(1) Prefácio ao livro de QUEIROZ (1977).

(2) Os principais pontos de vista das duas correntes mencionadas estão expostos na coletânea editada por FONER & GENOVESE (1969).

dos sistemas e a importância das condições materiais. Para estes, a escravidão latino-americana pouco divergiria daquela instituída por povos de outra origem e religião, inexistindo um sistema mais brando que outro.

Dessa forma, não é de estranhar a advertência de Harris (1964), um dos primeiros a investir acrimoniosamente contra Tannenbaum, sobre a cautela a ser tomada em relação aos aspectos peculiares do “paraíso” brasileiro inter-racial. Quem refletir sobre ele chegará a conclusões bem diferentes quanto a suas condições “paradisíacas”

Davis (1966) também critica Tannenbaum e acusa-o de ver o cativo como uma instituição cristalizada, sem mudanças e de exagerar a importância das diferenças nacionais e culturais no escravismo das diferentes áreas. Para ele, todas partilharam problemas comuns.

Boxer (1963) vai além ao negar que, na prática, a escravidão ibérica concedesse humanidade ao cativo e por isso fosse mais branda. Segundo suas pesquisas, a existência do escravo negro no Brasil era “dura, brutal e curta” Da ideologia de senhores de terra e mineradores fazia parte a convicção racionalizada de que “os negros são pretos e portanto não são gente como nós”

Para esses estudiosos, portanto, a escravidão instituída nas diferentes áreas americanas não se caracterizou por um “contraste assustador”⁽³⁾. Ao contrário, suas variações foram menos significativas que os padrões subjacentes de unidade. Se o cativo foi maltratado nos Estados Unidos, não foi menos no Brasil. Se lá havia preconceito racial, aqui também existia. Quanto à submissão do cativo, é um fato inteiramente discutível.

No tocante ao tema do tratamento recebido pelo escravo, no entanto, as reflexões de Eugene D. Genovese representaram um avanço historiográfico (FONER & GENOVESE, 1969, p. 202-210). Como lembra Stuart Schwartz, à medida que as pesquisas foram se desenvolvendo, surgiu também a convicção de que algumas observações eram excessivamente generalizantes. Se a escravidão foi tão cruel nos Estados Unidos, por que ali a taxa de crescimento vegetativo da população cativa era positiva? Se no Brasil corria amena a vida do negro, por que essa mesma taxa foi negativa? Quando se sabe que o escravo não proliferava em razão principalmente das más condições de trabalho, saúde, alimentação, por que qualificar-se de brando o cativo no mundo latino-americano?

Procurando critérios mais objetivos para a aferição do tratamento dispensado ao escravo, Genovese ocupou-se com as variações semânticas da palavra “tratamento”, nela distinguindo três significados básicos:

- 1 – o de condições cotidianas de vida: alimentação, trabalho, habitação, vestuário, castigos...
- 2 – de oportunidades sociais e culturais: liberdade de religião, possibilidade de constituir e manter família etc.
- 3 – acesso à liberdade através das alforrias.

(3) No trabalho já citado anteriormente, Stuart B. Schwartz classifica a corrente representada por Tannenbaum de escola do “Contraste Assustador”, em oposição à da “Semelhança Desanimadora”, formada por Brion Davis, Marvin Harris, Wagley etc.

Sob essa ótica as generalizações estão descartadas: um regime escravista pode ter propiciado melhores condições materiais a seus cativos, dificultando-lhes, no entanto, o acesso à liberdade e vice-versa.

A Historiografia Brasileira

Também no Brasil durante largo tempo o tema da escravidão não preocupou os estudiosos. A despeito da importância conferida por Gilberto Freyre ao negro na cultura brasileira, houve a tendência a ignorá-lo ou encará-lo sobretudo pelo que oferecesse de anedótico ou pitoresco. Vale a pena reproduzir o comentário de Sérgio Buarque de Holanda a respeito, pela finura e riqueza da interpretação nele contida. Para o autor de *Raízes do Brasil*, esse enfoque

“exclusivo ou quase resultava numa variante disfarçada do modo tradicional de se considerarem as questões relacionadas com o negro, e em última análise com o escravo, que consistia em fazer por esquecê-la ou ignorá-la. Desde o momento em que a influência deles deixou de ser inconfessável para se tornar apenas interessante, afastamo-lo de nós, sem truculência e sem humilhação, mas com uma curiosidade erudita e sobranceira. Encarado com curiosidade científica ou festiva, em suas danças, suas superstições, sua religiosidade, seus costumes civis ou domésticos, o preto podia ser ostentado até vaidosamente a estrangeiros. Era um modo de procurar mostrar que nós também éramos diferentes dele”⁽⁴⁾.

Se o negro era visto como espetáculo, a brandura da escravidão constituía uma realidade inquestionável. E também seus pressupostos, isto é, senhores benevolentes e escravos fiéis, resignados a sua sorte.

Tal visão tem raízes antigas:

“em suas origens, que remontam no Brasil aos tempos de colônia, essa mitologia do negro resignado e dócil parece surgir como imagem invertida da idealização e idilização dos antigos naturais da terra, que ganha corpo sobretudo quando o índio, já dizimado, ou mesclado ou afugentado para brenhas longínquas, deixa de representar presença incômoda nos centros urbanos mais europeizados. Essa nova atitude desenvolvida num momento em que se vão tornando mais raras as ocasiões de contato dos brancos atraídos para o meio citadino com as populações indígenas, e que corresponde bem ao horizonte mental da Era das Luzes, leva ao querer descobrir nos primitivos habitantes da América certas virtudes varonis que, somadas a uma caprichosa e distante altanaria, à indômita aversão a todo trabalho continuado, ao gosto pronunciado pela vida solta, à susceptibilidade sempre à flor da pele, ao ponto de honra, são tanto mais decantadas quanto mais se assemelham aos padrões ideais de comporta-

(4) No prefácio já citado.

mento dos fidalgos de boa cepa. Para o negro que, mal ou bem, tinha de submeter-se à vontade arbitrária dos seus senhores, restavam, quando muito, qualidades capazes de tocar corações bem formados e piedosos, mas que se antepunham, num contraste quase simétrico, às virtudes senhoriais: aptidão para o trabalho físico, sujeição e exemplar fidelidade ao amo, resignação inquebrantável ao mau destino que tanto o rebaixou e humilhou...”(5).

Essa forma de pensar em grande parte foi reforçada no século XIX pelos estrangeiros que aqui aportavam e pelos beneficiários do sistema, interessados em preservá-lo a todo custo.

Nos depoimentos dos estrangeiros é visível a convicção. Desde aqueles que, como Rugendas⁽⁶⁾, por exemplo, começaram a afluir ao Brasil logo após a chegada de D. João VI até os que, à semelhança de Louis Couty⁽⁷⁾ estiveram no país em período próximo à abolição, todos ou quase todos realçaram o brando tratamento conferido ao escravo e, em conseqüência, a sua acomodação ao sistema. Pouco afeitos às peculiaridades da terra, nem sempre lhes era possível captar a essência das relações sociais e o que se escondia sob a face de um proprietário orgulhoso de sua escravaria e de um cativo aparentemente submisso. Por outro lado, também eram preconceituosos, influenciando assim o preconceito para que julgassem razoável qualquer tratamento dispensado a seres vistos como inferiores. Daí as observações simpáticas ao sistema...

Fazendo coro com essas vozes, estavam aquelas dos que se beneficiavam com a escravidão e desenvolveram uma série de racionalizações para defendê-la, principalmente quando começou a ser questionada. Entre elas, a da suavidade do cativo e das relações de raça⁽⁸⁾.

Assim, cristalizaram-se os mitos do escravo submisso e do senhor benevolente. A despeito das candentes denúncias dos abolicionistas que expressavam um quadro bem diferente, a historiografia do século passado e a das primeiras décadas do século XX continuou a difundir-los. Não seria pois de estranhar a afirmação de Oliveira Vianna sobre a “bondade natural” dos proprietários, refletida na brandura do trato dos escravos. Seriam estes como “*membros da família e quase sempre ligados ao fazendeiro por terna afetividade*” (OLIVEIRA VIANNA, 1952, vol. 1, p. 392). Ou a impressão de Calógeras, para quem “*cumpriria não exagerar a idéia de levantes de escravos, pois no Brasil nada houve que se assemelhasse às insurreições ocorridas em outros países*” (CALÓGERAS, 1927, vol. 1, p. 296).

(5) Prefácio citado.

(6) Há “*uma certa complacência até que (os negros) se instruem nos novos trabalhos, não sendo por isso de estranhar que em geral se mostrem contentes e logo esqueçam suas desventuras anteriores...*” (RUGENDAS, 1941, p. 171).

(7) “*O escravo não é considerado um animal, um ser inferior que se utiliza (...) Todos aqueles que têm estudado o Brasil reconhecem que o negro é aqui bem tratado, bem alimentado, cuidado quando doente, mantido se velho, assegurado contra o desemprego*” (COUTY, 1881, p. 8).

(8) Referindo-se ao escravo, um estudioso do século XIX diria que a história brasileira “*nunca há de estigmatizar o nome nacional por maus tratos que tenha dado a essa classe*” (VIDAL, 1886, p. XXXVII).

Dessa forma, a tese da escravidão benigna se oficializou e, da historiografia, transbordou para os manuais escolares.

A obra de Gilberto Freyre veio reforçá-la. Embora tenha se contraposto às idéias racistas e realçado a importância histórica do negro, difundiu também o mito da doçura nas relações entre senhores e escravos, doçura “*talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América*”

Revisão dos Mitos

Tal concepção começou a mudar a partir do final dos anos 50, com o aparecimento de pesquisas provenientes em boa parte da Universidade de São Paulo e inspiradas por fatores vários. Um deles seria a influência ali exercida por Roger Bastide que, integrando o grupo de franceses convidados a lecionar na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, interessou-se pelos temas afro-brasileiros. Desse interesse, resultariam muitos trabalhos, alguns dos quais em colaboração com ex-alunos, como foi o caso de *Branços e negros em São Paulo*, cuja parte histórica coube a Florestan Fernandes⁽⁹⁾.

Com o correr do tempo, o aumento das tensões decorrentes das injustiças sociais e da inflexibilidade dos grupos dominantes evidenciadas com maior clareza pela crescente amplitude dos meios de comunicação encontrou eco e justificativa no passado escravista brasileiro, despertando maior curiosidade pela sua reconstrução. Certamente influenciados também pelo debate que se faria nos Estados Unidos, surgem então na década de 60 importantes estudos sobre a escravidão no Brasil, como os de Cardoso (1962), Ianni (1962) e Costa (1966).

Todos os três analisam as relações entre o sistema capitalista e a organização servil do trabalho⁽¹⁰⁾. Para Cardoso e Ianni, que se detiveram nas sociedades escravocratas do Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente, a economia capitalista ali desenvolvida é de molde a perpetuar o poder nas mãos de uma verdadeira casta de senhores. Não permite, portanto, relações suaves e gentis, a não ser excepcionalmente. Antes produz a alienação do escravo que reduzido à condição de “coisa”, é forçado a moldar seu comportamento de acordo com as ações e expectativas do grupo branco. A “socialização” dentro do sistema dificultou-lhe a conscientização sobre a exploração de que era vítima e a possibilidade de atuar mais eficazmente como instrumento da transformação social. Emília Viotti da Costa orientou suas pesquisas para as áreas cafeeiras, estudando ali a desagregação do escravismo, o papel econômico desempenhado pelo trabalho compulsório, as transformações ocorridas no período.

Nesses autores e nos que foram surgindo⁽¹¹⁾ está visivelmente presente a con-

(9) Ver BASTIDE & FERNANDES (1971). A questão do negro interessou longamente Florestan Fernandes que também escreveu, entre outros, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*.

(10) Para uma análise mais circunstanciada de alguns dos aspectos da escravidão tratados por esses autores, ver GRAHAM (1970, p. 431-453).

(11) É o caso do brasilianista Stanley J. Stein, por exemplo, que em 1961 teve sua pesquisa sobre Vassouras, traduzida pela Editora Brasiliense sob o título *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. Análi-

testação às teses de Gilberto Freyre e Tannenbaum. Para eles, não há diferenças apreciáveis entre os diversos sistemas escravistas. Ao contrário, as similaridades são grandes: a suavidade nas relações senhor/escravo, o proprietário benévolo, o cativo submisso são mitos a serem desvendados e destruídos. O trabalho compulsório era falta de humanidade⁽¹²⁾, especialmente nas áreas mais dinâmicas, onde se devia exigir o máximo de capacidade produtiva do negro. O preconceito separaria largamente senhores e escravos, generalizada que foi a idéia de inferioridade racial do negro. O escravo não era um cidadão, precárias eram as suas condições materiais de vida, coercitiva e exaustiva a atividade diária. O sistema assentava-se na exploração e recorria à violência para se manter. Vivia, portanto, em um círculo vicioso: a violência gerava a rebeldia do escravo, punida com mais violência. As punições, por sua vez, conduziam a maior rebeldia⁽¹³⁾.

Também Jacob Gorender é contrário às posições de Freyre e Tannenbaum, acrescentando dados à análise das mesmas. Em seu importante livro (GORENDER, 1978), aborda a questão do tratamento dos escravos, iniciando-a pela controvérsia historiográfica acima mencionada. Assinala, então, a influência de Gilberto Freyre sobre Tannenbaum e seus seguidores, mas encontra, entre estes e o sociólogo brasileiro, uma intencionalidade ideológica diametralmente oposta:

“o que tiveram em mira não foi a absolvição ética do passado escravista do próprio país – o que, de ponta a ponta, impregna a obra de Freyre – mas expor na maldade peculiar do escravismo norte-americano a origem da também peculiar segregação imposta à população negra nos Estados Unidos, antes e depois de abolida a escravidão” (GORENDER, 1978, p. 350).

Também relembra o avanço efetuado por Genovese ao distinguir e discriminar os vários significados da palavra “tratamento” referente ao escravo, e ressalta a ênfase conferida tanto por esse autor como por Brion Davis às conjunturas, enquanto Tannenbaum e Freyre encararam a escravidão de forma estática. Concordando com os primeiros, aponta o trato relativamente suave ou menos áspero que existiu em Cuba até meados do século XVIII, ao qual sucedeu,

“à medida em que se multiplicavam as plantagens de açúcar e crescia a importação de africanos, um tratamento duro e cruel, que fez da vida dos escravos um inferno semelhante ao de outras ilhas do Caribe” (GORENDER, 1978, p. 353).

...
sando minuciosamente o cotidiano do escravo, aponta a severidade do tratamento dispensado ao mesmo.

(12) *“A escravidão convertendo o escravo em mercadoria despojava-o aos olhos da coletividade, da sua qualidade humana (...) os fazendeiros não cogitavam, em geral, de melhorar suas condições de vida. As intenções filantrópicas que se manifestavam aqui e acolá, passavam despercebidas ou ignoradas”* (COSTA, 1966, p. 459).

(13) *“Como reação ao sistema escravocrata, a rebeldia negra, insurreição racial, foi um processo contínuo, permanente e não esporádico, como fez ver a historiografia oficial”* (RODRIGUES, 1970, p. 67).

No entanto,

“as diferenças conjunturais não implicaram diferenças entre sistemas escravistas, uns supostamente patriarcais e outros, capitalistas. Através das variações no tempo e no espaço, o sistema foi sempre o mesmo – o sistema articulador e totalizante imanente no modo de produção escravista colonial” (GORENDER, 1978, p. 353).

Tendo em vista tal postura, a questão do tratamento dispensado aos escravos não padece dúvida:

“o próprio mecanismo deste modo de produção implicava normas de convivência regular entre senhores e escravos e até mesmo traços patriarcais no comportamento dos primeiros, porém, implicava também o extermínio da vitalidade do escravo num prazo calculado. Como implicava a coação física num clima de aterrorização permanente da massa escrava, o que exigia castigos diários rotineiros e castigos excepcionais de exemplaridade ‘pedagógica’, no Brasil não menos iníquos que em outras regiões escravistas...” (GORENDER, 1978, p. 356-357).

Por isso, os enfoques de Gilberto Freyre distorcem a questão. Um deles, a “fixação ótica” na escravidão doméstica, não consegue uma visão correta da mesma e impede, por conseguinte, a análise do cativo como sistema. Outro é a

“correlação metodologicamente desajustada entre o escravismo como sistema econômico-social e a miscigenação e seus efeitos sociais”

Esta última acompanhou por toda parte o cativo e nem por isso alterou a situação do escravo ou desestabilizou de alguma forma o regime escravista. No Brasil,

“a absorção de miscigenação pela sociedade escravocrata se deu no sentido de sua conservação e não no de sua desagregação”

e se nos Estados Unidos,

“a reação à miscigenação e às populações livres de cor não foi exatamente a mesma que no Brasil, pois são incontestáveis as diferenças e seu desenvolvimento após a Abolição, isso não se explica pelo modo de produção escravista em si mesmo, porém por outros fatores de formação histórica” (GORENDER, 1978, p. 356).

O corolário de um tratamento pouco complacente seria a rebeldia manifestada pelo escravo. O autor se detém menos nesse tópico, mas não deixa de criticar Gilberto Freyre pela afirmação de que as revoltas escravas no Brasil foram pouco numerosas ou violentas, se comparadas às de outras regiões da América. Para Goren-der, os atentados, fugas, suicídios, quilombos e revoltas insurrecionais foram insepa-

ráveis do sistema e permanecem ainda tema inesgotado pela pesquisa que revela continuamente novos fatos.

Novos dados

Realmente, à medida que continuaram a se desenvolver as pesquisas sobre escravidão, novos fatos surgiram e um maior espaço foi sendo conferido à rebeldia escrava. Esse direcionamento está de certa forma ligado ao grande impulso sofrido pela história social no Brasil dos anos 70 para a frente que, por sua vez, abrigou a curiosidade dos estudiosos pelos marginalizados. Indisfarçavelmente influenciados pelas correntes historiográficas européias debruçadas sobre os temas sociais, mas sensibilizados também pela tensão decorrente do mercado histórico vivido⁽¹⁴⁾, os pesquisadores brasileiros voltaram crescentemente o seu interesse para as categorias sociais marginalizadas⁽¹⁵⁾ entre as quais avulta o escravo negro, abrindo o espaço de direito à voz dos dominados.

Os estudos surgidos modernamente têm, em geral, incorporado a posição revisionista analisada páginas atrás, que inclui o exame do inconformismo escravo.

Dessa forma, o livro *Ser escravo no Brasil* de Kátia Queiroz Mattoso⁽¹⁶⁾ trata do tema no capítulo intitulado "Refúgios e refugos" Tipificando a rebeldia, a autora classifica as fugas, suicídios, assassinatos como rebelião individual. Quilombos e insurreições constituem a rebelião coletiva. Todas são formas de escape condenadas pelo sistema mas há uma, contudo, aceita pelos senhores: a das associações religiosas. Elementos de coesão social, reguladoras de comportamentos e de relações sociais entre grupos separados pela cor, pelo poder econômico e pela vida cultural, as irmandades ou confrarias aliviavam as tensões e favoreciam a acomodação⁽¹⁷⁾. Nem por isso, entretanto, deixariam de servir a outros fins quando os cativos, aproveitando a liberdade de associação legal, mantinham contatos que poderiam levar a outros tipos de reunião.

Já as fugas, suicídios, assassinatos seriam "a expressão violenta da revolta interior do escravo inadaptado" que, por tais meios, escaparia não somente às arbitriedades do senhor ou ao duro trabalho compulsório, como também aos problemas do seu cotidiano, ao tipo de vida, à "falta de enraizamento no grupo de escravos e no conjunto da sociedade" Aliás, é um dos pontos altos no trabalho da autora, a preocupação com os aspectos sócio-psicológicos que acompanham o processo de instalação e desenvolvimento da escravidão no Brasil. Arrancado violentamente à

(14) "Nos momentos históricos em que a dominação é contestada por outras classes sociais, surgem novos instrumentos teóricos que estimulam o aparecimento de obras comprometidas com a denúncia da dominação. São novas formas de ver o passado, pois as classes ascendentes buscam sempre suas origens com a finalidade de definir seu papel atual (...) Representam, sem dúvida, estágios da consciência política e civil de determinadas classes ou camadas sociais sobre a história do seu país" (JANOTTI, 1985).

(15) O homem livre pobre, o criminoso, o operário etc. Ver, por exemplo, MELLO E SOUZA (1982); FAUSTO (1984) e KHOURI (1981).

(16) Publicado originalmente em francês, foi editado pela Brasiliense em 1982.

(17) Sobre essas associações e sua função de coesão social, ver SCARANO (1976).

sua terra de origem, incorporado de chofre a uma sociedade que o “coisifica”, o escravo precisa sobreviver, preservar a sua interioridade como ser humano. As formas de comportamento, agressivas ou não, são expressão dessas tentativas desesperadas de preservação, permitindo-lhe atuar como agente ativo na dinâmica social.

Quilombos e insurreições foram rebeliões coletivas surgidas

“da própria instabilidade do regime escravista, do trabalho organizado sem qualquer fantasia, da severidade rígida, das injustiças e maltratos. Representam uma solução a todos os problemas de inadaptação do escravo aturdido entre a comunidade branca e o grupo negro” (SCARANO, 1976, p. 158).

Na verdade, a autora restringe aos quilombos essa causalidade que, no entanto, também se aplica às insurreições. Todavia, são muito bem acentuadas as diferenças entre as duas formas de revolta:

“o quilombo quer paz, somente recorre à violência se atacado, se descoberto pela polícia ou pelo exército, que tentam destruí-lo, ou se isto for indispensável à sua sobrevivência (...) Jamais é fruto de um plano premeditado: nasce espontaneamente, podendo reunir num mesmo refúgio a negros e crioulos, escravos ou homens livres, vítimas de alguma lei discriminatória” (SCARANO, 1976, p. 158).

Já a insurreição supõe premeditação e é muito mais assustadora. A lei a define como “reunião de vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força” e, embora na maioria dos casos, não tenham passado de tentativas, pois a delação, as dificuldades de articulação etc. enfraqueciam-nas ou abortavam-nas, foi permanente o temor que inspiraram nas regiões de grande concentração escrava. Por isso, o sistema cuidava de se organizar e agir coesamente para impedi-las.

Anterior ao de Kátia Mattoso, o livro *Escravidão Negra em São Paulo*, surgido em 1977 e já aqui mencionado, conferirá, no entanto, espaço bem maior à rebeldia escrava⁽¹⁸⁾. Estudando as tensões provocadas pelo sistema na província que se tornaria o pólo dinâmico da economia no decorrer do século XIX, uma parte do trabalho é dedicada ao exame da legislação e da prática do escravismo pelo grupo dominante, ou seja, como se desenvolveu a ação senhorial, que tipo de relação predominou, qual o tratamento dispensado ao escravo...

A conclusão é de que, em São Paulo, tanto quanto nas demais regiões do país,

“coerção e repressão manteriam o sistema, derivando daí a violência aceita com naturalidade por uma sociedade que, colocando em plano abstrato sentimentos ou idéias, separava-os da prática efetiva”

Dessa forma, a violência seria visível durante todo o regime,

(18) Sobre o tema, ver nas referências bibliográficas outros trabalhos da autora (QUEIROZ, 1975a e 1975b).

“favorecida por hábitos arraigados na sociedade, pela indiferença e até mesmo conivência das autoridades. Ilustrada pela aplicação abusiva do açoite e a prática de castigos mais cruéis e requintados que, freqüentemente, levavam à morte e não eram obstados nem punidos, revelaria a coesão do sistema, coesão que lhe garantiria a manutenção por tanto tempo” (QUEIROZ, 1977, p. 201).

A segunda parte do livro focaliza o reverso da medalha: o comportamento do escravo face ao cativo, vendo-se aí as diversas formas de comportamento desenvolvidas por ele.

Nesse sentido, a intimidade desenvolvida no interior da casa-grande ou em pequenas propriedades onde o escravo se individualizava perante o senhor favorecia relações de acomodação que poderiam permitir o surgimento de um cativo fiel, submisso ao seu destino. Faz sentido, assim, a observação do inglês Henry Koster sobre as negras de uma pequena propriedade na qual trabalhavam lado a lado com o dono:

“a diferença é muito flagrante entre os sentimentos que estes homens têm em relação a seus senhores e o daqueles escravos pertencentes a grandes proprietários. O primeiro não permitirá em sua presença o menor reparo ao senhor, enquanto o segundo pouco se importará com as injúrias que o dono sofra” (apud QUEIROZ, 1977, p. 129).

Contudo, as relações de insubmissão é que teriam predominado no escravismo brasileiro: tanto as de caráter mais introverso ou passivo, como o aborto, o suicídio, quanto aquelas que poderíamos chamar de extroversas e ativas, tipificadas nas fugas, assassinatos de senhores e feitores, quilombos, insurreições...

Todas elas foram numerosas e freqüentes em São Paulo.

Individuais ou em grupos, premeditadas ou não, as fugas constituíram o protesto mais comum. Quando se agrupavam em quilombos, os fugitivos, em geral, fixavam-se nas cercanias das propriedades, pois sobreviviam dos assaltos às mesmas e aos viajantes. Os quilombos paulistas do século XIX foram, em geral, pequenos e itinerantes, já que a intensa repressão impedia a formação de agrupamentos numerosos e sedentários.

Quanto às insurreições, não passaram, no entanto, de tentativas repetidas continuamente. De resto, seguiram o padrão de organização daquelas ocorridas em outras épocas e em outras regiões do país: os escravos de uma ou mais fazendas, iludindo a fiscalização senhorial, reuniam-se à noite sob a liderança de uns poucos e premeditavam o levante. Armavam-se da maneira que podiam, com velhas escope-tas roubadas, chuços, azagaias, porretes, além dos instrumentos de trabalho como pás, enxadas, foices. Para deflagrar o movimento, escolhiam domingos ou dias santos, quando os senhores iam cumprir suas obrigações religiosas nas cidades, afrouxando a vigilância.

Em algumas dessas insurreições – das quais se podem obter mais detalhes devido aos processos-crime a que deram origem – notam-se objetivos definidos e qualidades de organização que desmentem a imagem de “coisa” atribuída ao escravo pelo sistema. Se não bastassem tais atributos, haveria ainda a apontar a sincro-

nia das tentativas insurrecionais com os momentos de dissensão política. Nessas ocasiões multiplicavam-se as agitações, revelando uma surpreendente acuidade do escravo para detectar a desunião e conseqüente enfraquecimento da camada senhorial e assim canalizá-las para seus objetivos de libertação.

Em conclusão, para o livro em pauta,

“submetido a um regime violento, reagiria o escravo de forma também violenta, renegando a instituição e a falta de liberdade que dela decorria através de mecanismos de resposta os mais variados, tanto mais frequentes quanto maior fosse a concentração de escravos (...) Essas formas de luta não foram esporádicas e decorreram em seqüência durante todo o período em que se manteve a instituição...” (QUEIROZ, 1977, p. 201)

Maior Espaço à Rebeldia

Como se pode ver, as obras até aqui mencionadas não se referem exclusivamente à rebeldia escrava. Seus autores negam a passividade do cativo mas tratam, às vezes ou principalmente, também de outros aspectos da escravidão.

Alguns estudiosos, entretanto, têm produzido livros dedicados inteiramente à análise da resistência negra ao cativo e às formas de manifestá-la. É o caso de Clovis Moura, um dos primeiros a tratar modernamente do tema em *Rebeliões da Senzala* (MOURA, 1959), de que trataremos mais adiante.

Em 1970 publicaria pela *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* o artigo “Revoltas de escravos em São Paulo” e, em 1977, foi a vez do livro *O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?* Clovis Moura também escreveu *Quilombos e a Rebelião Negra*, publicado em 1981. Esse trabalho faz parte da Coleção “Tudo é História”, dedicado à divulgação, mas é uma síntese das posições do autor. Nele, como o próprio nome esclarece, trata fundamentalmente daquelas formas de resistência à escravidão e destaca a importância social e política da luta dos cativos que devem ser vistos, não

“como uma borra isolada do processo histórico, mas como uma força social que atuava de forma transformadora no próprio centro do sistema” (MOURA, 1981, p. 15).

Senhores e escravos são as classes fundamentais na estrutura social escravista; antinômica, mas não estática, essa estrutura se dinamiza em seus diversos níveis, explicando-se então as mudanças. Pela sua posição no espaço social de uma sociedade escravista, o cativo, para dinamizá-la deve negá-la, pois não lhe oferecem oportunidades de ascensão capazes de mudá-la. Tal necessidade é que o leva a se organizar em movimentos ou grupos de contestação ao sistema.

Assim se explica o aparecimento dos quilombos, sobre os quais o autor discorre: enfatizando a abrangência e frequência dos mesmos durante todo o período es-

cravista, o tipo de organização & economia que desenvolveram, a força militar de que dispuseram, sua ligação com escravos urbanos insurretos...(19).

Palmares(20) é um dos núcleos sobre os quais se detém para ilustrar o que chama de *“uma visão aproximada da importância dos quilombos como organização militar”*, mas há ainda referências ao quilombo do Ambrósio e ao do Preto Cosme, no Maranhão, na época da Balaiada, entre outros.

Um aspecto também realçado é o da ligação dos quilombolas com outros cativos e segmentos livres menos importantes da sociedade como pequenos agricultores e comerciantes, mascates etc. Essa interação ainda ocorre com os escravos urbanos insurretos e é apontada nos capítulos *“As insurreições urbanas e os quilombos”* e *“A grande insurreição”*

Em um último item intitulado *“Os quilombos e a abolição”*, Clovis Moura refere-se às lutas dos escravos e dos abolicionistas, para concluir que nunca houve um maior entrosamento entre ambas. Os defensores da abolição teriam visto o negro como *“bárbaro e selvagem”*, incapaz, portanto, de executar ações políticas contra o estatuto que o oprimia:

“Aliás, a posição de Nabuco foi sempre, como a da maioria dos abolicionistas moderados, a de ver o problema como uma simples substituição da mão-de-obra. E esta mão-de-obra que devia ser substituída não podia, por isto mesmo, ter papel decisório nesse processo. Se isto tivesse acontecido, o programa abolicionista seria bem outro, a solução diferente e a situação dos ex-escravos também. O negro devia ser excluído, como agente histórico, pelos próprios abolicionistas” (MOURA, 1981, p. 80).

Por isso, se méritos houve no caso da Abolição,

“deverão ser creditados à rebeldia negra. Se houve limitações imperdoáveis, elas devem ser computadas aos tímidos abolicionistas que a concluíram” (MOURA, 1981, p. 81).

Dessa forma,

“mesmo com todas as limitações que a estrutura do sistema impunha ao cativo, ele, ao contrário do que afirmam aqueles que seguem a chamada historiografia acadêmica, resistiu de várias formas e níveis de importância durante todo o tempo em que a escravidão perdurou”(21).

(19) Ao final da edição, o autor apresenta um roteiro bibliográfico a respeito do assunto, no qual há indicação de estudos sobre quilombos nas diversas regiões escravistas, tanto ao norte quanto ao centro e ao sul do Brasil.

(20) Sobre Palmares escreveram CARNEIRO (1966), FREITAS (1954) e FREITAS (1973).

(21) Nessa afirmação feita à página 94, não fica claro se o significado da expressão *“historiografia acadêmica”* refere-se à historiografia dita *“tradicional”*, que nega a resistência escrava, ou se com o termo *“acadêmica”* Clovis Moura quer referir-se à universitária. No caso da historiografia moderna, à qual se integram muitos autores que lecionam ou lecionaram em universidades, como F. H. Cardoso, Otávio Ianni, Emília Viotti etc., está sempre presente a mesma tese do autor, ou seja, a de que *“O escravo resistiu de várias formas e níveis de importância durante todo o tempo em que a escravidão perdurou”*.

Como se pode ver, tais afirmações decorrem da preocupação do autor em conferir ao negro o papel histórico de agente quase exclusivo da própria libertação. Diverge, nesse sentido, de estudiosos como Otávio Ianni, por exemplo, para quem o escravo não conseguiu vencer o trabalho compulsório ou a casta dos senhores: “A escravidão sempre foi extinta devido a controvérsias e antagonismo entre os brancos ou grupos e facções das classes dominantes” (IANNI, 1978, p. 36).

As posições de Moura e Ianni exigem algumas considerações. Na verdade, o escravo negro sempre lutou por conta própria contra o regime que o oprimia. O sistema também não conseguiu aliená-lo a ponto de toldar-lhe a consciência de suas possibilidades de confronto. Não se deve esquecer ainda que a contínua rebeldia produzia um permanente estado de tensão, cuja contribuição para minar o sistema pode ter sido apreciável. Eram comuns cartas como a que se segue datada de 15 de julho de 1692 e enviada da Bahia ao rei de Portugal sobre um levante de escravos em Porto Seguro. Relata os saques efetuados por eles e os riscos sofridos ante a perspectiva de aliciarem os negros do Recôncavo. Presos, alguns foram justicados enquanto outros eram vendidos por seus donos para regiões longínquas, com o que os moradores “*deram graças a Deus de os haver livrado do perigo em que estavam e não o festejou menos esta Cidade...*”⁽²²⁾. A freqüência de acontecimentos como esse levava a um temor tal que, certamente, sua continuidade haveria de desgastar os senhores e o sistema.

Todavia, a nosso ver, foi impossível ao cativo superar materialmente a coesão com que a sociedade escravista o reprimiu em suas manifestações de rebeldia contra o sistema. Só conseguiu vencê-lo de todo quando sua luta foi potencializada pela fração do grupo dominante que se desinteressara da manutenção do cativo.

Entre os que advogaram a sua extinção estarão os abolicionistas e a crítica aos mesmos quanto a verem o problema da libertação como simples substituição de mão-de-obra será injusta, quando se pensa nas medidas que Nabuco, Patrocínio, Rebouças propunham para além da simples emancipação. Pensavam eles na obtenção de oportunidades de educação e participação político-social do negro, alcançáveis pela democratização do solo. Compreendiam que somente com ela conseguiriam os recém-libertados alguma terra para trabalhar. Portanto, não encaravam o problema da abolição como simples substituição de mão-de-obra. Aos proprietários de forma geral, sim, é que poderia ser imputada tal visão.

As Insurreições Baianas

Como já foi mencionado, Clovis Moura seria dos primeiros nas últimas décadas a levantar o tema da luta dos escravos. Em *Rebeliões da Senzala* trata especificamente das revoltas baianas ocorridas na primeira metade do século XIX. Uma conjuntura econômico-política instável caracteriza a Bahia do período, gerando tensão não somente entre o grupo escravo mas também na população livre marginalizada. É nesse quadro que surgem as insurreições. O autor distingue nelas duas seqüências: a primeira, iniciada em 1807, prossegue em 1809 e ainda em 1813, englo-

(22) *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1936, vol. XXXIII, p. 1648.

bando negros – em geral islamizados – de diversas nações africanas. Nenhuma teve êxito e o ciclo recomeçou em 1830⁽²³⁾, culminando com a revolta de 1835, a de maior ressonância, dirigida por escravos nagôs. Esta provocou verdadeiro pânico na população da cidade de Salvador. Muito bem planejada, pretendia provocar incêndios que desviassem a atenção da polícia e obrigassem as tropas a sair às ruas. Na confusão então surgida, os insurretos desarmariam as forças legais, tomando a terra e matando os oponentes. A essa altura, os escravos do Recôncavo ter-se-iam juntado a eles. Mas a delação ainda uma vez funcionou e o plano não pôde ser rigorosamente executado: foram obrigados a antecipar a revolta, que fracassou, iniciando então o Governo brutal repressão⁽²⁴⁾.

Não há dúvida de que o levante foi organizado por negros islamizados. Por isso, um dos problemas que essas insurreições suscitaram foi o caráter das mesmas. Nina Rodrigues, por exemplo, chamou-as de “guerras santas” Para Artur Ramos, representaram a continuação das lutas religiosas e de conquista travadas pelos negros maometanos no Sudão. João Ribeiro considerou a de 1835 uma “rebelião social” e Joaquim Ribeiro deu-lhes o sentido de luta de classes.

De forma geral, portanto, os estudiosos têm-se dividido entre duas posições a respeito do sentido dessas revoltas ou, ao menos, da de 1835: a que lhes confere um caráter religioso e a que as considera expressão de luta de classes.

Clovis Moura trata da questão principalmente no livro *Quilombos e a Rebelião Negra*. Para ele, os levantes baianos tiveram um complexo papel social, cultural e político. A religião foi o elemento mediador entre a situação estruturalmente alienadora em que os negros se engastavam e a consciência da mesma, permitindo-lhes açular o espírito de rebeldia necessário ao tipo de comportamento que culminaria na luta armada. Mas

“O Islã negro que atuou no Brasil tinha sua funcionalidade subordinada ao sistema de estratificação de classes existentes, isto é, à situação a que se viram reduzidos os seus seguidores transformados em escravos. O problema de se encontrarem negros livres islamizados entre os participantes da revolta não invalida a afirmação. Pelo contrário: a própria religião como superestrutura ideológica criava uma ponte de solidariedade suficiente para justificar a presença desses africanos livres. Para muitos deles, o nível de participação se justificava, não pelo fato de serem escravos – pois já eram livres – mas no plano de luta contra os infiéis” (MOURA, 1981, p. 61).

O problema do infiel aqui, no entanto, estaria

(23) Entre as duas séries de revoltas, teria havido um levante em 1822 e outro no ano seguinte, este inteiramente acidental e destituído de caráter organizatório.

(24) O autor menciona ainda uma revolta ocorrida em 1844 e esquecida pelos estudiosos dos movimentos baianos. A liderança do movimento estaria em mãos de escravos haussás, tapas e nagôs, porém não se sabe as proporções da mesma, nem os objetivos de seus dirigentes.

“subordinado a outro sistema de estratificação e divisão de classes, pois o branco, ao mesmo tempo em que era católico, representante de uma religião contrária, era o opressor social, o senhor de escravos” (MOURA, 1981, p. 62).

Tais elementos, somados, converteriam o islamismo em uma ideologia que unificava o oprimido nos três planos: o social, que espelha a luta dos escravos negros contra o estatuto da escravidão; o racial, pois a discriminação contra os negros, mesmo libertos, ligava-os à situação dos escravos em seu conjunto e o cultural-religioso, com o código da linguagem religiosa estimulando a rebeldia do escravizado, permitindo-lhe expressar-se em termos de inteligibilidade coletiva...

As insurreições baianas despertaram a atenção de muitos estudiosos, como Décio Freitas, por exemplo⁽²⁵⁾ e continuam a despertar, haja vista o magnífico trabalho de João José Reis sobre a revolta de 1835, surgido recentemente (REIS, 1986). Baseando-se nas falas dos africanos presos e em outros documentos da devassa então feita, o autor faz a mais minuciosa análise até aqui registrada desde que, para ele, foi *“o levante de escravos urbanos mais sério ocorrido nas Américas”*⁽²⁶⁾. Em mais de duzentos interrogatórios consultados, apesar do

“óbvio constrangimento da situação, os africanos falam, além da religião, de aspectos da vida cultural, social, econômica, religiosa, doméstica e até amorosa” (REIS, 1986, p. 8).

Dividido em três partes, o livro reconstrói com grande riqueza de detalhes o cenário sócio-econômico-político da Bahia na época, a tradição rebelde da então Província, o levante propriamente dito, a formação da comunidade muçulmana e o papel por ela desempenhado na rebelião, além dos perfis dos líderes. A última parte é dedicada ao estudo da formação de uma cultura africana: *“fortemente influenciada pela identidade étnica e expressa na organização do trabalho e da vida quotidiana”*. O final se refere à repressão aos rebeldes e à punição a eles imposta.

É no capítulo intitulado “Os filhos de Alá na Bahia” e no subsequente que o autor discute o caráter do movimento. Desvenda a extensa trama de influências tecida pelos malês⁽²⁷⁾, mas adverte que não cabe exagerar o sentido religioso da revolta nem minimizá-lo. Ambas as posições seriam incompletas.

(25) FREITAS (1976) reconstrói as insurgências escravas ocorridas em Salvador entre 1807 e 1835, conferindo-lhes um conteúdo nitidamente social. Os escravos lutaram, no seu entender, para destruir o sistema escravista, não bastando, pois, os fatores antropológicos e religiosos para explicar tais lutas. Muitos outros estudiosos trataram do tema em revistas especializadas (Ver a bibliografia compilada por Clovis Moura em *Quilombos e a Rebelião Negra*).

(26) Justificando sua afirmação, J. J. Reis estabelece uma comparação com a Salvador atual e seu milhão e meio de habitantes; afirma então que uma revolta do porte daquela de 1835 implicaria punição de 12.000 habitantes.

(27) O autor deixa claro que, na Bahia, o termo “malê” não se refere a nenhuma etnia africana particular, mas a qualquer africano que tivesse adotado o Islã. Assim, havia nagôs, haussás, jejes, tapas e possivelmente também mandingos – enfim, negros pertencentes a diversas etnias – que eram também “malês” (REIS, 1986, p. 115-116).

REBELDIA ESCRAVA E HISTORIOGRAFIA

O ambiente urbano de Salvador facilitaria as atividades de propaganda islâmica: a relativa independência dos escravos da cidade e a presença de um segmento razoavelmente numeroso de libertos permitindo a interação entre os dois grupos estimulava o proselitismo e a mobilização. Os maometanos que sabiam ler e escrever o árabe ensinavam os demais, fossem escravos ou libertos. Reunindo-se nas esquinas para oferecer seus préstimos, enquanto esperavam os fregueses ocupavam-se de religião e rebelião.

A revolta ocorreu num momento de expansão do Islã entre os africanos da Bahia, não se sabendo exatamente

“se ela foi uma conseqüência natural, um episódio culminante dessa expansão ou se a busca de novos adeptos”

Para o autor teria havido um pouco das duas coisas:

“o sucesso dos malês em constituir uma comunidade religiosa relativamente coesa e atraente deve ter inspirado idéias de ultrapassagem dos limites estabelecidos pelo poder dominante, idéias de revolta que, uma vez amadurecidas, levaram os líderes a pensar também no aumento das bases muçulmanas como uma estratégia específica de tomada do poder”

Em tais casos é inútil delimitar a fronteira entre religião e rebelião: esta começa quando aquela enuncia a predileção por um povo oprimido. Além disso, é preciso lembrar que professar o islamismo significava romper com a máquina ideológica do escravismo, sendo, portanto, uma rebeldia, já que as religiões africanas eram ilegais e só por existirem subvertiam no mínimo a ordem simbólica dominante...

Ora, os malês foram muito além da subversão simbólica, pois a partir de determinado momento estruturaram politicamente a proposta rebelde.

Porém, não é tão claro que desde logo tivessem todos optado por uma revolução social. O Islã seduzia seus seguidores na medida em que deles tirava a vontade de serem escravos, impregnava-os de dignidade, propunha uma revolução em suas vidas:

“Só na hora certa os líderes malês orientaram seus discípulos e transformaram o compromisso individual com a religião num compromisso com a rebelião armada coletiva” (REIS, 1986, p. 139).

Mas não se pense que a revolta foi só de islamizados. Estes constituíam a vanguarda, porém a rebelião foi planejada como uma aliança entre malês e demais africanos, baseando-se no princípio de que todo filho da África era um aliado potencial. Se o Islã

“foi a linguagem e ideologia predominantes outros elementos também contribuíram para a mobilização da gente – entre eles, a solidariedade étnica...” (REIS, 1986, p. 150).

Esse ponto de vista contraria a opinião daqueles como Nina Rodrigues, Etienne Brasil e mais recentemente Pierre Verger, que interpretam o levante como um *jihād* – a clássica guerra santa muçulmana contra infiéis de todas as origens.

Na verdade – segundo o autor – o levante interessou

“a africanos de diversas origens e persuasões religiosas, e seus organizadores contavam exatamente com a constituição desse front africano. Era natural que assim fosse, senão por tolerância ideológica, pelo simples fato de que os malês sabiam que representavam uma minoria entre os africanos, e minoria ainda menor no conjunto dos habitantes da Bahia. Sozinhos, não tomariam nem uma freguesia, quanto mais a província” (REIS, 1986, p. 150).

A documentação atesta a hegemonia dos malês, não a sua solidão, podendo-se definir resumidamente o movimento como uma conspiração malê e um levante africano.

Se malês e africanos não islamizados se aliaram para romper a dominação em que viviam, o negro brasileiro foi o grande ausente da revolta. E aqui está um ponto muito interessante da tese de J. J. Reis, destacável pelo ineditismo tanto do tema quanto das conclusões do autor: as relações entre africanos e afro-brasileiros.

O levante previa uma Bahia só de africanos, pois os rebeldes deveriam vir *“tomando a terra e matando toda a gente da terra de branco”*; portanto, tanto os brancos quanto mulatos e crioulos.

Essas afirmações contidas nos depoimentos pressupõem um relacionamento não só difícil como de antagonismo mesmo entre os africanos puros e aqueles nascidos no Brasil. O autor registra que crioulos, “cabras” e mulatos não participaram de nenhuma das mais de vinte revoltas escravas baianas anteriores a 1835 e estende essa espécie de “pacifismo crioulo” a muitas regiões do Novo Mundo. Afirma ainda que as rebeliões foram sempre muito mais abundantes nas áreas onde predominaram numericamente os escravos de origem africana.

Peculiaridades como essas resultariam das posições específicas de crioulos e africanos na sociedade escravista. Os primeiros, nascidos e socializados na escravidão, não tinham – ao contrário dos segundos – um ponto de referência e de radical contradição fora dessa experiência. Isto não significa submissão ao sistema, mas terá sido uma regra básica da política escrava – salvo algumas exceções – que os crioulos não se envolvessem em levantes escravos onde fossem inferiores, em número, aos africanos. Quando predominavam, arriscavam-se até mais, embora nunca com a persistência dos africanos:

“é como se crioulos e mulatos se sentissem mais ameaçados pela possibilidade de uma ainda desconhecida dominação africana do que pelo já familiar governo dos senhores brancos” (REIS, 1986, p. 173).

Também no plano cultural os crioulos se dividiam entre valores e práticas africanas e ocidentais. Além do mais, falando a mesma língua – traço fundamental –

REBELDIA ESCRAVA E HISTORIOGRAFIA

tinham maior facilidade para estabelecer família, aproximar-se do branco, integrar-se enfim...

Por isso, – diz J. J. Reis –

“Formou-se então uma certa cumplicidade entre o escravo nacional e o senhor e, por extensão, entre o afro-baiano e o baiano branco”

Essa, pois, teria sido uma das razões para que a rebelião de 1835 fracassasse:

“O fosso cultural e ideológico que separava brasileiros – inclusive escravos – e africanos (escravos e libertos) também demarcou os lados em conflito. Os laços de cultura e nacionalidade uniram contra os africanos os mais poderosos e os mais miseráveis dos brasileiros, mesmo os que não possuíam escravo algum ou que eram eles próprios escravos” (REIS, 1986, p. 284).

Dessa forma, o autor descarta a ênfase na luta de classes embora também não atribua à revolta um sentido estritamente religioso. Ressalta, isto sim, o conteúdo étnico da mesma. Sua argumentação é convincente e fundamentada, em relação à Bahia da época. Mas seria correto generalizar a afirmação de que os crioulos não se tenham envolvido em revoltas nas áreas onde predominavam os africanos?; de que se tenha formado *“uma certa cumplicidade entre o escravo nacional e o senhor”* ou ainda o que é afirmado às páginas 188-189 sobre sudaneses e bantos? Nestas, é dito:

“Vindos de sociedades tão diversas, sudaneses e bantos desenvolveram padrões diversos de comportamento e pensamento no Novo Mundo, e isto os separou na questão das formas de resistência adotadas contra a escravidão e a opressão étnica. Os bantos optaram por enganar o senhor, encobrendo suas manifestações culturais com o manto branco das irmandades e com isso transformando tanto sua cultura original como a dos brancos (...) Enquanto a expressão máxima da revolta angolana foi a reconstituição de uma vida rural independente no quilombo, os africanos da Costa partiram para a revolta violenta contra as estruturas de poder nos engenhos e cidades”

Ora, seria necessário, no entanto, maior número de pesquisas em outras áreas para aceitar tais generalizações. Em São Paulo a escravidão negra só se tornou predominante no século XIX, mas nela foi mais relevante a presença de bantos e seus descendentes. No entanto, não se pode dizer que os quilombos tenham sido a forma de resistência característica. Foram inúmeras as tentativas de insurreição no período, semelhantes em muitos aspectos às que ocorreram nas regiões de forte presença sudanesa. Certamente se deram na área rural, mas com escravos monjolos, cabindas, benguelas etc. e muitos crioulos, apontando o inconformismo do negro em geral com o estatuto da escravidão.

Rebelião escrava no Brasil, contudo, é um belo e importante livro, o mais completo até o momento sobre insurreições baianas. Escrito com clareza, dotado de um estilo vivo que reconstrói com facilidade a atmosfera da época, é ainda um excelente painel da escravidão e da vida urbana na Bahia da primeira metade do século passado.

As Peculiaridades do Escravo Urbano

Sobre a mesma época e também sobre o escravo urbano – mas o do Rio de Janeiro – é a interessante dissertação de mestrado de Leila Mezan Algranti intitulada *O Feitor Ausente* (ALGRANTI, 1983). Nela são vistas a escravidão e suas peculiaridades numa economia urbana em expansão. Sabe-se que nos centros urbanos encontravam-se formas específicas de trabalho escravo. Permitiam maior liberdade de movimento ao negro, além de um contato mais intenso com os demais grupos sociais, o que favorecia a aquisição de um maior nível de informação.

Essa tipicidade da escravidão urbana deu margem a questões ainda hoje polêmicas na historiografia: a viabilidade ou não do desenvolvimento industrial em uma economia escravista, as mais freqüentes possibilidades de alforria oferecidas pelo meio urbano, a maior suavidade do cotidiano para o escravo etc.

Outro aspecto destacado na pesquisa é o das relações de cooperação entre escravos e demais grupos urbanos, onde então se alude à questão do tratamento conferido ao cativo na cidade e como ele reagia ao mesmo.

Utilizando as categorias de Genovese já aqui mencionadas, a autora nega entretanto a brandura da escravidão urbana: *“A fluidez de movimentos vivenciada pelo negro da cidade não deve mascarar sua realidade, nem ser confundida com liberdade de fato”* As dificuldades impostas ao sistema de manumissão, as artimanhas urdidas contra o escravo de ganho deixando-lhe quase nenhuma margem para a formação de um pecúlio, os problemas enfrentados na luta pela sobrevivência, a ação repressiva do Estado – tudo o levava, muitas vezes,

“a buscar soluções para seus problemas de subsistência e solidão no crime e na revolta contra a sociedade que o oprimia e explorava. Estas ações criminosas dos escravos urbanos os tornavam um grupo ainda mais ameaçador, pois a sociedade temia neles elementos que podiam se rebelar contra a ordem escravista, ou agir como criminosos comuns (...) A análise dos padrões de criminalidade no Rio de Janeiro revela que apesar das condições locais dificultarem as rebeliões em massa, sempre restava ao cativo a ação individual, quer fosse a contestação pura da ordem imposta, quer o ataque à propriedade do senhor, as agressões físicas, ou a fuga” (ALGRANTI, 1983, p. 244).

Pois a escravidão urbana será um desdobramento da escravidão típica da era colonial e não o seu contraponto⁽²⁸⁾.

(28) Ver a bibliografia apresentada pela autora sobre o problema da resistência escrava nas cidades, tanto no Brasil quanto em outras áreas escravistas.

A Contribuição dos “Brazilianistas”

Também os brazilianistas têm apresentado sua contribuição ao tema da rebel- dia escrava. Um deles é Stuart Schwartz, que estudou o grupo dominante em *Buro- cracia e Sociedade no Brasil Colonial* (SCHWARTZ, 1979), mas também se interes- sou pelo figurante mudo que foi o escravo. No artigo intitulado *The Mocambo: Slave Resistance in Colonial Brazil* (SCHWARTZ, 1970), trata dos quilombos que floresce- ram na então capitania da Bahia, analisando especialmente o famoso “Buraco do Tatu”(29).

Já de início o autor revela a sua posição historiográfica ao negar a passividade do escravo: longe da placidez tão decantada por Gilberto Freyre e outros, o Brasil

“desde sua mais tenra história viu-se agitado pela crônica instabilidade da sociedade escravista, sempre ameaçada pelos riscos que a resistência escrava oferecia”

Fugas, revoltas e outras formas de inconformismo punham colonizadores e autori- dades em contínuo sobressalto, pois os mecanismos de abrandamento – alforrias, casamentos, religião – não bastavam para atenuar os rigores da instituição nas áreas de grande lavoura como as dos engenhos do Recôncavo baiano, por exemplo, em alguns dos quais o cotidiano do escravo poderia ser classificado de “infernai”, gerando a revolta.

Para Schwartz, as mais bem-sucedidas formas de resistência escrava – ao menos no período colonial – foram as fugas e quilombos, que ele prefere chamar de mocambos, porque este termo, embora equivalente em significado ao anterior, era o mais popularmente empregado até o século XVIII(30).

Os mocambos foram uma constante na cena brasileira e, na Bahia, floresce- ram em todas as áreas de lavoura extensiva. Dispunham de alguma organização político-econômico-militar, tanto mais estruturada quanto maior fosse a sua longevi- dade. Todavia, são dispersas e parcas em detalhes as fontes sobre eles: daí a im- portância de uma documentação como a que narra a destruição do quilombo “Bura- co do Tatu”, através da qual se pode desvendar alguns aspectos da história de um típico mocambo baiano e generalizá-los, talvez, para os demais.

Esse agrupamento de fugitivos formou-se em 1743 próximo à cidade de Sal- vador, embora em local de difícil acesso. As pesquisas mostram que à exceção de um ou outro como Palmares, por exemplo, os quilombos procuravam não se distan- ciar muito dos centros populacionais, pois desenvolviam uma economia parasitária. Era o caso do Buraco do Tatu, que tirava sua sobrevivência do roubo de gado, da extorsão de gêneros em surtidas periódicas às propriedades adjacentes e também de trocas com aqueles que lhes iam oferecer sua produção, pois havia homens livres e escravos que cooperavam com os aquilombados espontaneamente, fosse por sim- patia, necessidade ou temor.

(29) Sobre esse quilombo, ver também *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 32, Documento nº 6449, p. 45.

(30) Mocambo originar-se-ia de *Mu-Kambo*, palavra Ambundu que significa esconderijo. Sobre sua etimologia e maiores detalhes ver KENT (1965, p. 163-164).

Os negros cercaram-se de criativa rede de defesa: um pântano era o primeiro obstáculo; cercas encimadas por estacas pontiagudas rodeavam a povoação, cujas casas, em fileiras, eram divididas por uma larga rua central.

O “Buraco do Tatu” conseguiu sobreviver por 20 anos, sendo destruído a 2 de setembro de 1763 por uma força militar de duzentos homens, auxiliada por índios e capitães-do-mato...

Como já mencionado, esse episódio retrataria a história coletiva dos mocambos baianos da época colonial: localizando-se em áreas bem defendidas, mas próximas às propriedades ou povoações de onde escapavam os fugitivos, vivendo parasitariamente, desenvolvendo tradições sincréticas na fusão de elementos afro-brasileiros, eram dizimados – em tempo maior ou menor – por expedições punitivas nas quais não era incomum a presença de índios junto às forças repressoras.

Para o autor, ainda que não tivessem uma exata consciência disso, os aqui-lombados praticaram atos coletivos contra a ordem sócio-econômica vigente.

Um outro artigo de Schwartz discute atitudes de escravos e é de grande importância pela documentação que traz à luz, pois pela primeira vez no Brasil é visto um tratado de paz proposto por cativos rebelados⁽³¹⁾. Daí o interesse suscitado em muitos estudiosos que também o analisaram⁽³²⁾.

O documento nada diz a respeito da revolta, mas uma carta – também descoberta por Schwartz no Arquivo Público da Bahia – do Desembargador Ouvidor-geral do Crime ao Conde da Ponte, então governador da Bahia, detalha o episódio, que ocorreu no Engenho Santana, uma das mais antigas lavouras de cana das capitânicas centrais e provavelmente a maior de Ilhéus. Estabelecido no século XVI por Mem de Sá, esse Engenho esteve durante muito tempo sob o controle do Colégio Jesuíta de Santo Antão de Lisboa. Sendo a Ordem expulsa do Brasil em 1759, foi então vendido a Manoel de Silva Ferreira, sob quem se deu o levante. Um grupo de escravos matou o feitor e, carregando as ferramentas do Engenho, fugiu para a floresta, lá estabelecendo um mocambo que resistiu durante dois anos a todas as tentativas de destruição. Esta só ocorreu quando o proprietário, aparentemente aceitando negociar o fim do movimento com os negros, armou-lhes uma cilada da qual resultou a prisão do líder e de mais 15 ou 16 rebeldes...

O documento enviado ao senhor de engenho e encimado pelos dizeres, “*Tratado proposto a Manoel da Silva pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados*” é uma tentativa de definir as condições sob as quais voltariam ao trabalho e à escravidão.

Pretendiam melhoria do vestuário, a cessão de um bote para levarem seus produtos a Salvador e redes, tarrafas, canoas... As condições de trabalho deveriam ser melhoradas, tanto no engenho quanto na lavoura⁽³³⁾.

(31) Ver SCHWARTZ (1977, p. 69-91). O documento está reproduzido no final do artigo em análise.

(32) Entre eles, MOURA (1981); RIBEIRO (s.d.) e REIS (1986).

(33) “*Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós (...) Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas (...) Faça uma barca grande para quando for para a Bahia nós metermos as nossas cargas para não pagarmos frete (...) Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos. A tarefa de cana há de ser de cinco mãos e não de seis (...) Em cada uma caldeira há de haver botador de fogo e em cada*

Não fizeram referência a castigos, mas recusavam os feitores existentes sugerindo participar das escolhas futuras; queriam manter a posse das ferramentas⁽³⁴⁾ e também *“brincar, folgar e cantar em todos os tempos que quizermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença”*

Se seu dono aceitasse tais condições, estariam prontos para servi-lo como danfes, *“por que não queremos seguir os maus costumes dos mais engenhos...”*

De tão extraordinário documento, Schwartz tira as seguintes inferências:

- 1 – Os escravos revelavam um certo grau de auto-suficiência econômica. Ao demandarem dois dias da semana para pescar e plantar, além de bote para irem vender a produção, revelavam o hábito de prover a própria subsistência. Isto seria uma evidência de como podiam adquirir fundos necessários à alforria e acautelaria quanto a generalizações como as de que era impossível ao escravo acumular capital.
- 2 – Havia permanente animosidade entre escravos de diversas nações, bem como entre eles e os nascidos no Brasil. Os fugitivos eram liderados por um “cabra” brasileiro e tinham pouca simpatia por seus companheiros da Costa da Mina, não esquecendo as dissensões, mesmo na luta: *“Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem a mariscar, e quando quizer fazer camboas e mariscos mande os seus pretos Minas...”*
- 3 – O escravo nega a “coisificação” e reafirma sua humanidade quando reclama o direito ao lazer sem que este seja controlado pelo senhor.
- 4 – A exigência de quatro dias apenas da semana para o trabalho, a co-participação na escolha dos feitores e, sobretudo, a guarda do equipamento do engenho permitiriam o controle da própria servidão, reduzindo o cativo a uma farsa. Daí o caráter revolucionário de tais propostas.

Embora Schwartz assim o considere, é preciso lembrar que os revoltosos não questionaram a escravidão. Ao aceitarem o retorno ao trabalho na condição de cativos, ao admitirem o feitor que não só os fiscalizava como mandava açoitá-los, estavam claramente aceitando o sistema que lhes negava a liberdade e a violência do mesmo.

Ainda assim, suas propostas jamais poderiam ser aceitas pois, no escravismo, não há modos de amenizar a exploração mediante reformas nas condições de trabalho.

Também para Barros de Castro o documento expressa uma tentativa de transformação do regime econômico-social escravista, pois a aceitação das propostas feitas pelos cativos descaracterizaria profundamente o cativo. A falta de referência aos castigos corporais significaria, talvez, por parte do escravo, o entendimento de que na nova ordem social proposta não haveria espaço para essa espécie de punição.

... terno de taixas o mesmo (...) Os marinheiros que andam na lancha além da camisa de baeta que se lhes dá, não de ter gibão de baeta e todo o vestuário necessário...”

(34) *“Os atuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação (...) e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta...”*

Clovis Moura acrescenta que esses cativos davam

“um salto qualitativo no processo de conhecimento do seu nível de exploração, pois não mais se colocavam como escravos mas como cidadãos, reivindicando direitos idênticos aos trabalhadores atuais. Era, portanto, uma proposta de transformação do próprio conteúdo das relações de classe e da forma de apropriação da produção no processo de trabalho (...) Neste caso particular, os escravos comportaram-se não como elementos alienados, mas como seres que não apenas adquiriam um certo grau de consciência social que negava o estatuto escravocrata, como também transmitiam de geração a geração esse grau de consciência crítica” (MOURA, 1981, p. 76-77).

Como se pode ver, está assente na historiografia brasileira sobre a escravidão a concepção de que a rebeldia do negro não foi fato isolado, mas um processo permanente de contestação. Seu estudo também levantou inúmeras questões, muitas delas ainda inconclusas ou polêmicas, exigindo a ampliação e aprofundamento das pesquisas.

No capítulo das insurreições, por exemplo, é preciso insistir naquelas possivelmente ocorridas em toda a extensão do período colonial e nas respostas que suscitaram da sociedade através dos tempos. Não se pode esquecer ainda que em quatro séculos de duração de cativo, as mudanças na economia, na estrutura social e características culturais repercutiriam sobre ele, modificando-o também. As reações do escravo acompanhariam certamente essas modificações. Seria preciso verificar de que forma e em que graus teriam ocorrido. Além disso, os esforços de pesquisa têm se concentrado nas revoltas do século XIX e, assim mesmo, em algumas regiões principalmente, como no caso das insurreições baianas. Todavia, mesmo aí, o significativo impulso dado ao tema por J. J. Reis provocou, por outro lado, a curiosidade sobre várias questões. Por exemplo: teriam realmente os escravos bantos, nas áreas onde predominavam, recorrido principalmente ao quilombo como forma de resistência, ao passo que os sudaneses preferiam as insurreições? A animosidade que o autor constatou na Bahia entre africanos e afro-brasileiros teria sido significativa também em outras regiões?

Conforme assinala Clovis Moura, é importante também aprofundar o papel dos negros islamizados nos levantes insurrecionais. Artur Ramos registra a presença de haussás já no século XVII, o que pode indicar uma influência dos mesmos maior do que se pensava.

Estas e outras questões estão à espera de pesquisas em documentação que, compulsada atentamente, poderá revelar grandes surpresas. É o caso da Correspondência das autoridades, das crônicas e memórias de viajantes, relatórios de governadores, devassas criminais e eclesiásticas⁽³⁵⁾.

Além disso, o pesquisador não se utiliza somente de fontes históricas, podendo recorrer às literárias, por exemplo, para ampliar suas perspectivas. Sabe-se quão

(35) Um exemplo do que pode ser encontrado em devassas eclesiásticas é a pesquisa de LUNA & COSTA (1980).

estreita é a vinculação entre literatura e história, dada a preocupação do escritor com uma realidade a ser sentida e retratada ou reconstruída.

A esse propósito, contudo, valeria a pena reproduzir algumas reflexões de Amadeu Amaral em artigo publicado na *Revista do Brasil* (AMARAL, 1918). Estranha o autor de “*O dialeto caipira*” que a poesia, romance, o conto, o teatro tenham guardado tão pouco de uma instituição sob a qual viveram quatro séculos. No Romantismo, poucos traços deixou. A grande criação da corrente nacionalista foi o índio; não o ser real cuja existência histórica o colonizador branco amargurou, mas a figura imaginária, sem situação definida no tempo e no espaço, o índio forte de corpo e alma, cheio de energias e virtudes:

“O poeta e o romancista magnificaram a natureza, refizeram a história à sua maneira, exaltaram as aspirações políticas que andavam no ar; o fato social, os problemas e as questões concretas atinentes ao homem real, ao homem que vivia e sofria, trabalhava e sonhava, esses os deixavam indiferentes...” (AMARAL, 1918, p. 45).

A escravidão se mesclava a tudo, penetrava sem fronteiras sensíveis a sociedade livre, mas foi objeto mais intenso da preocupação literária somente na época de sua extinção⁽³⁶⁾.

Para Amadeu Amaral, uma das razões desse quadro em que o cativo pouco aparece (quanto mais o escravo e sua rebeldia) terá sido “*o comodismo, o cálculo e temor que jaz em todas as almas*” e também a realidade de uma literatura brasileira que carrega o ônus do reflexo e da imitação: “*No largo período que vai de Bento Teixeira até o Romantismo ela não foi senão um esgalho exótico da literatura reinícola...*”

Por outro lado, o escravo falava pouco à fantasia; era a figura constante do dia-a-dia, que embota a curiosidade e os sentimentos. Ainda que como homem sofresse e se indignasse ante os horrores praticados à sua volta, o escritor da época

“não sabia como fixar ou não curava de fixar seus sentimentos em forma de arte (...) Era preciso compor moldes ideológicos inteiramente novos onde vazar o pensamento e a emoção”

Seja como for, a literatura é um campo que o historiador não pode desdenhar, mesmo que ela tenha deixado de registrar a presença do cativo de forma tão marcante como seria de desejar. Além do mais, os seus silêncios também serão extremamente significativos...

Outra consideração a ser feita no tocante às fontes para o estudo da rebeldia escrava é a de que esta, de forma geral, tem sido vista através dos documentos deixados pelo grupo dominante que neles imprime a sua visão de mundo.

Sabendo que a história se compõe de diversos discursos, cada um dos quais

(36) Uma das exceções foi Castro Alves que, bem antes da Abolição, interessou-se pela escravidão não apenas como fonte de inspiração episódica e ocasional. Suas obras de vigoroso protesto aparecem como esforço isolado a clamar contra o cativo. Em suas poesias, contudo, o grande épico denuncia com imagens violentas o sistema tradicionalmente aceito e seus horrores, mas o escravo rebelde aparece menos.

não pode ser tomado como único e verdadeiro, cabe ao pesquisador sair à caça do discurso escravo, daquele feito por ele próprio, que exprime a sua própria ótica a respeito do cativo.

É tarefa difícil no Brasil, onde o cativo, analfabeto, mantido conscientemente na ignorância, não constituía família e encontrou maiores tropeços para manter a tradição oral. Difícil também devido à negligência – oficial e particular – na busca, manutenção e conservação das fontes históricas. Mas não é impossível por inexistência, haja vista o documento encontrado por Stuart Schwartz, já aqui comentado.

A respeito ainda da visão escrava, um outro tipo de fonte seria altamente valiosa: as entrevistas com ex-cativos. Nos Estados Unidos elas são numerosas desde o final do século XIX. Entre 1934 e 1939 o *Federal Writers Project* publicou uma impressionante coleção desses depoimentos, tomados em todos os Estados e Territórios – à exceção da Louisiana – onde a escravidão foi legal até a sua extinção por Lincoln.

A existência desse material reunido em 16 volumes é largamente conhecida e de fácil acesso. No entanto, tem sido negligenciado pelos historiadores em todo este período em que a escravidão despertou tanta curiosidade e interesse, sob a alegação de suspeição.

Intrigado com o fato, C. Vann Woodward escreveu um artigo a respeito (WOODWARD, 1974), no qual busca analisar e avaliar essa suspeição. Está a mesma fundamentada na argumentação de que os depoimentos foram mal conduzidos tecnicamente. Além de óbices decorrentes da idade dos entrevistados, os Estados escolhidos estariam desproporcionalmente representados. Assim, enquanto em Arkansas os escravos nunca ultrapassaram 3,5% da população total, no Mississippi, por exemplo, em 1860, mais de 10% dos habitantes eram cativos. No entanto, cerca de 35% dos depoimentos provêm do Arkansas enquanto o Mississippi está representado por pouco mais de 1% deles.

Para o autor, todavia, a mais séria distorção teria provindo não dos entrevistados, mas dos entrevistadores. A maior parte destes era constituída de brancos sultistas e realizaram sua tarefa numa época em que a linha de cor era ainda extremamente respeitada. Por isso, na melhor das hipóteses, adotavam um tom paternalista quando não uma ofensiva condescendência, o que se refletiria nos depoimentos: em muitos deles estão flagrantemente patentes a insensibilidade do interrogador e as evasivas dos interrogados.

A despeito de tudo isso, no entanto – argumenta Woodward – essas fontes não divergiram tanto das demais. O usual nas fontes históricas será a desordem, a confusão; a tarefa do historiador é justamente a de ordená-las, dar-lhes sentido, mas também encará-las com ceticismo e, assim, confrontá-las com outras, para só então compô-las num discurso coerente.

Nesse sentido, as entrevistas dos ex-escravos não seriam diferentes e, examinadas com a devida cautela, poderiam permitir que muitos aspectos da escravidão aflorassem com maior clareza: o paradoxo, por exemplo, da distância formal e da intimidade física entre as raças, que a escravidão estimulava; ou certos aspectos das relações de raça pouco explorados, como o da convivência entre índios e negros; ou o grau de conscientização do escravo rebelado. E assim por diante...

As observações de Woodward valem também para o estudo da escravidão e da

rebelia escrava no Brasil. No tocante às entrevistas, perdeu-se muito tempo para a obtenção de um material tão rico quanto o norte-americano em depoimentos de ex-escravos, mas há muito ainda a ser feito. Pesquisadores estão se voltando para esse tipo de fonte⁽³⁷⁾ na busca de uma reconstrução que pode dar voz àqueles cujo silêncio a historiografia atual sempre lamentou.

Referências Bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente. Estudo sobre o Escravo Urbano no Rio de Janeiro (1808/1821)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de São Paulo, 1983.
- AMARAL, Amadeu. A Literatura da Escravidão. *Revista do Brasil VIII* (29). Ano III, Maio 1918.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo, Nacional, 1971. Originalmente publicado na Revista Anhembi em 1953 (vol. X-XI, nº 30-34) e reeditado em 1955 sob o título *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo, Anhembi, 1955.
- BOXER, C.R. *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415/1825*. Oxford, England, Clarendon Press, 1963. Traduzido para o português sob o título *Relações Raciais no Império Colonial Português*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1967.
- CALÓGERAS, João Pandiá. Política Exterior do Império. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial (2 volumes). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, vol. I.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional (O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. 3a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- COUTY, Louis. *L'Esclavage au Brésil*. Paris, 1881.
- DAVIS, David B. *The Problem of Slavery in Western Culture*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1966.
- ELKINS, Stanley M. *Slavery: a Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Chicago, 1959.
- FAUSTO, Bóris. *A Criminalidade em São Paulo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Dominus, 1965, 2 vols.
- FONER, Laura & GENOVESE, Eugene D. *Slavery in the New World: A Reader in Comparative History*. New Jersey, 1969.
- FREITAS, Décio. *Insurreições Escravas*. Porto Alegre, Movimento, 1976.
- _____. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. Porto Alegre, 1973.
- FREITAS, M.M. de. *Reino Negro de Palmares*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1954, 2 vols.
- FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros no Século XIX*. Recife, Imprensa Universitária, 1963.
- _____. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1933.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978.
- GRAHAM, Richard. Brazilian Slavery Re-examined: a Review Article. *Journal of History III*(4): 431-453, 1970. Traduzido para o português sob o título A Escravatura Brasileira Re-examinada. In: *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- HARRIS, Marvin. *Patterns of Race in the Americas*. New York, Walker and Company, 1964.
- IANNI, Otávio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. *As Metamorfoses do Escravo: Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Como Escrever a História do Estado de São Paulo. Historiografia. Período da República*. São Paulo, 1985 (mimeo).
- KENT, R.K. Palmares: An African State in Brazil. *Journal of African History*, 6:161-175, 1965.
- KHOURI, Iara Aun. *As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária*. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1981.
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *A Vida Quotidiana em Julgamento: Devassas Eclesiásticas em Minas Gerais*. São Paulo, IPE/USP, 1980.

(37) Ver, por exemplo, MAESTRI FILHO (1983). No Departamento de História da Universidade de São Paulo desenvolve-se, presentemente, um projeto de pesquisa coordenado pela autora deste artigo e pela Prof^ª Maria de Lourdes Mônaco Janotti intitulado *Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo*, entre cujas finalidades está a de preservar depoimentos orais negligenciados pela historiografia. Na falta de ex-escravos, pretende, aos menos, verificar como o tema "escravidão" aparece nas reminiscências de famílias negras.

- MAESTRI FILHO, Mário José (Org.). *É Como Eu Digo: de Agora, Depois da Libertação 'Tamo na Glória! Depoimento de Mariano Pereira dos Santos (1868/1982), ex-escravo, Hospital Erasto Goertner, Curitiba, Julho 1982. História: Questões e Debates. Associação Paranaense de História (APAH), Curitiba, jun. 1983.*
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro. A Pobreza Mineira do Século XVIII.* Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- MOURA, Clovis. *Quilombos e a Rebelião Negra.* São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?* Rio de Janeiro, Conquista, 1977.
- _____. Revoltas de Escravos em São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 181, abr./jun. 1970.
- _____. *Rebeliões da Senzala.* São Paulo, Edições Zumbi, 1959.
- OLIVEIRA VIANNA. *Populações Meridionais do Brasil.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, vol. 1.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo (Um Estudo das Tensões Provocadas pelo Escravismo no Século XIX).* Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.
- _____. Brandura da Escravidão Brasileira: Mito ou Realidade? *Revista de História* (103), São Paulo, 1975a.
- _____. Senhores e Escravos na Grande Lavoura de Café. *Anais do II Congresso de História de São Paulo (Coleção da Revista de História).* São Paulo, 1975b.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. (A História do Levante dos Malês – 1835).* São Paulo, Brasiliense, 1986.
- RIBEIRO, Silvia Lara. *O Compromisso Impossível: Comentários Acerca do "Tratado Proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus Escravos Durante o Tempo em que se Conservaram Levantados"* São Paulo, USP, s.d. (mimeo).
- RODRIGUES, José Honório. *Rebeldia Negra e a Abolição. História e Historiografia.* Rio de Janeiro, Vozes, 1970.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil.* São Paulo, Martins Editora, 1941.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão.* São Paulo, Nacional, 1976.
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: Trabalho Escravo e Vida Escrava no Brasil. In: *História: Questões e Debates. Associação Paranaense de História, APAH. Curitiba, jun. 1983, p. 45-60.*
- _____. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.* São Paulo, Perspectiva, 1979.
- _____. Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: the Slaves View of Slavery. In: *Hispanic American Historical Review*, 57 (1): 69-91, fev. 1977.
- _____. The Mocambo: Slave Resistance in Colonial Brazil. In: *Journal of Social History* III (4): 313-333, Jun. 1970.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba.* São Paulo, Brasiliense, 1961.
- VIDAL, Luís Maria. *Repertório da Legislação Servil.* Rio de Janeiro, 1886.
- WOODWARD, C. Vann. A History from Slave Sources. *The American Historical Review*, 79 (2), April 1974.